



A DOCTRINA FRANCESA E A GUERRA DE 1940

Pelo Cel. T. A. ARARIPE

I — INTROITO

A reputada revista espanhola “Ejército” trouxe a súmula do oportuno artigo do General BOURGET, publicado na “Revue de l’Armée française”, sob o título acima.

Vamos repassar aqui os comentários do chefe francês, que viveu a batalha ao lado do comandante eminente, procurando referir-nos aos fundamentos da Doutrina que temos utilizado em nossos regulamentos e em nossas Escolas. Cremos assim ir ao encontro da natural curiosidade dos que meditam sobre os problemas táticos e da orientação que deve ser impressa à revisão da nossa regulamentação.

Não entraremos no âmago dos problemas mas tentaremos fixar os pontos principais e a linha mestra da Doutrina desejada.

Com o autor, evitaremos as referências às causas políticas e morais da derrota e à atuação do Comando supremo e do Governo, para atermo-nos à análise:

- dos traços fundamentais da Doutrina de guerra francesa;
- da aplicação efetiva dessa Doutrina;
- dos desmentidos que essa Doutrina encontrou nos acontecimentos;
- dos ensinamentos gerais que daí resultarão para o futuro.

II — A DOCTRINA FRANCESA

1.º — A Doutrina de Guerra francesa acha-se compendiada na “Instruction sur l'Emploi Tactique des Grandes Unités — 1937”, que substituiu o I. G. U. (provisória) de 1921. Nas duas, encontramos as bases de nossa regulamentação e dos estudos táticos de nossas Escolas.

Os redatores da I. G. U. de 1937, no Relatório ao Ministro, afirmam: “Sem desconhecer a importância dos progressos realizados a partir dessa época (1921) no domínio dos meios de combate e de transporte, a Comissão de redação da presente Instrução estimou, contudo, que esses progressos de ordem técnica não modificavam sensivelmente, no domínio tático, as regras essenciais estabelecidas por seus antecessores”; e que: “o corpo de Doutrina, objetivamente fixado no dia seguinte ao da vitória por chefes eminentes que acabavam de exercer altos comandos, devia continuar sendo a base para o emprego das nossas grandes Unidades”.

Dessa afirmação capital se depreende que nem a Organização das frentes fortificadas, nem a criação de Unidades motorizadas e mecanizadas, nem o aumento dos engenhos anti-carros, nem o desenvolvimento das forças aéreas e dos meios de defesa anti-aérea e, enfim o aperfeiçoamento dos meios de transmissão (tais são os progressos táticos enumerados), são de molde a abalar os ensinamentos da Guerra 1914-18, tais como foram codificados pelos artífices da vitória.

2.º — Pondo de lado, por enquanto, a organização das frentes fortificadas, consequência natural de quatro anos de guerra de trincheira e de uma política, pode-se dizer, imposta ao país, apreciemos a **influência concedida à Arma blindada e às Forças Aéreas** no desenrolar dos combates.

A Comissão destaca a criação de grandes unidades modernas, formando “um sistema capaz de executar a batalha com os próprios meios”: a Divisão Ligeira Mecanizada e a Divisão de Infantaria Motorizada, obedecendo “aos princípios imutáveis que regem o emprego das forças armadas”.

E' bem verdade, que até então, ainda não tinham surgido as Grandes Unidades encouraçadas ou Blindadas e só se falava nos Carros de Combate, nos Autometralhadoras e Autocanhões.

A Comissão dá a entender, entretanto, ter pensado na existência dessas Grandes Unidades; porem, sua regulamentação restringe-se ao emprego dos carros e as modalidades de defesa contra os engenhos blindados adversos. Ainda mais, freia, de algum modo, a ousadia no emprego dos carros, ressaltando no que diz respeito ao emprego dos carros, é preciso insistir em que hoje a arma anti-carro se ergue contra o carro, como, na última guerra, a metralhadora contra a infantaria". E, tomando em conta esse perigo formidável, opina que, dado o considerável aumento do número e da potência dos engenhos anti-carros em todos os exércitos estrangeiros, não será possível o emprego dos carros no ataque senão com a proteção e o apoio de uma artilharia onipotente. E, por essa razão, "não encarou sua ação em profundidade enquanto não se tiver operado a desorganização do sistema defensivo do adversário".

Em relação ao progresso das Forças Aéreas, a Comissão assinala que esse progresso proporciona aos Exércitos de terra possibilidades de cooperação ampliadas, quer quanto à observação e informação, quer quanto ao ataque, em toda a profundidade do campo de batalha, "Esforça-se ainda por atrair a atenção para todos os progressos realizados no domínio do ar, seja para utilizá-los em benefício próprio, seja para evitar os efeitos (autogiro, descida aérea, etc.).

3.º) — A I.G.U. que não deixa de ressaltar ser "o fogo fator preponderante do combate" (115), afirma que "a ofensiva é o modo de ação por excelencia" (108); porém, apela para a prudencia frisando que, de maneira geral e sobretudo no início da guerra, convem evitar as **batalhas de encontro**. Deixando sempre margem as iniciativas oportunas, é conveniente travar **batalhas conduzidas**". (201).

Ela preceitua: "O ataque é o ato que caracteriza a batalha ofensiva" (222). — "Contra inimigo em guarda, a

disposição das tropas para o ataque incompleto sobre posições do atacante, será vantajoso, recorrer a ação brusca e brutal, em vez da preparação minuciosa". (223).

"Os resultados que se podem esperar de um ataque são, em geral, tanto mais importantes quanto maior for a envergadura inicial da frente de ataque". (224).

Mais adiante repisa: "O ataque sem preparação é excepcional. E' então, chamado ataque de surpresa". A preparação é, principalmente, tarefa da Artilharia; mas dela podem igualmente participar a Infantaria e a Aviação". (232).

Os carros de combate, que a I.G.U. considera como Infantaria (Tit. II, Cap. I, art. 2), são particularmente aptos para apoiar os infantes (227). Os que constituem os grupamentos de manobra de conjunto, à disposição do comando da Grande Unidade, "precedem largamente a Infantaria e os carros nos seus objetivos" (38) e recebem "missões sucessivas, precisas e limitadas" (230). Estas missões, "desde o momento em que o dispositivo inimigo parece suficientemente abalado", consistem "em penetrar profundamente nesse dispositivo para alcançar assim as armas mais afastadas e os órgãos do comando" (38).

Pode-se aí bosquejar o quadro de ataque desejado pela I.G.U: O ataque é iniciado com intensa ação de toda a massa da Artilharia (235), quer se disponha ou não de carros (236 e 398). "A aviação prolonga com suas bombas o tiro da Artilharia contra as retaguardas do inimigo. Algumas vezes, quando os seus meios o permitem, precede também o primeiro escalão do dispositivo de ataque com os fogos de suas metralhadoras" (238 e 295). "Excepcionalmente, pode ser chamada a desembarcar no campo de batalha adverso destacamentos encarregados de efetuar certas missões particulares" (295). Tímida aproximação com os paraquedistas.

Se o ataque conseguir bom êxito, este é aproveitado sem perda de tempo para acabar de desorganizar inimigo e impedir que reconstitua suas forças; o que geralmente se consegue, não entulhando com os meios disponíveis a brecha

aberta, quasi sempre demasiado estreita, mas aumentando a zona de rutura" por ações contra os flancos (240).

Quando a situação autorizar o seu emprego (ausencia de resistencias importantes), confia-se o aproveitamento do êxito a destacamentos mecanizados e à Aviação (241). Os carros "podem" constituir a ossatura desses destacamentos (38). As unidades de cavalaria e depois as motorizadas intervem progressivamente para conservar os resultados dessas ações (241).

4.º — Pode-se realizar o mesmo trabalho de síntese, em relação à defensiva. Nesta, emprega-se para barrar o caminho do adversário, a combinação dos fogos e do terreno, reforçado na maioria dos casos por uma organização permanente ou improvisada" (111).

A I.G.U. declara formalmente, nesse mesmo número, que a atitude defensiva não pode proporcionar resultados decisivos. Admite, que, em determinadas condições e mediante perda de terreno, a defensiva pode ser organizada e transportada sucessivamente para várias posições; chama, porém, a atenção para o perigo de semelhante manobra em presença de engenhos blindados e conclue que "a defesa a fundo em posição escolhida constitue a regra corrente" (113).

Nessa posição se manterá um sistema de fogos continuos e profundos, o qual, preparado, instalado e combinado com a organização do terreno, possui poder consideravel para deter o atacante e graças ao qual a frente só poderá ser forçada por este se puser em ação meios poderosos e cuja reunião exige "prazo longo".

Um dos elementos essenciais dessa capacidade de deter reside no obstáculo, natural ou artificial, combinado com as destruições (251). O relatório ao Ministro, a que já nos referimos, especifica que sob esse conceito de obstáculo apresentam-se, em primeiro lugar, os cursos d'água, cuja transposição supõe sempre um problema difficil, mesmo em face da generalização possível dos meios anfíbios. O obstáculo colocado na frente da posição de resistência deve ser batido por uma

barreira de fogos de todas as armas, chamada **barragem principal**, densa, contínua e profunda.

A I. G. U. insiste, repetidamente, no escalonamento dos órgãos de fogo da defesa, grupados em "**centros de resistência e pontos de apoios**", solidamente mantidos, bem protegidos por sistema de fogos cruzados, enquadrando as **cortinas**, vigiadas, batidas e dispendo de obstáculo (256). Esta profundidade do dispositivo impõe-se, principalmente na defesa contra os engenhos blindados e dela participam a Aviação, a Cavalaria e a Artilharia. Esta última e as armas anti-carro combinam a sua ação com o obstáculo, enquanto as Unidades de Carros, mantidas em reserva, ficam dispostas para atuar ofensivamente contra os meios blindados que tenham conseguido infiltrar-se através das barragens sucessivas de fogos. A Defesa anti-carro "processada em toda a profundidade do campo de batalha", prevê cuidadosamente a proteção dos flancos e da retaguarda, tendo em vista o grande raio de ação dos meios atuais (259).

No tocante à Aviação, muito embora não esteja especialmente estabelecido o seu papel na batalha defensiva, pode deduzir do Cap. IV, Tit. V, o seguinte: "Como as outras armas, a Aviação empresta à batalha esforço capital seja para informar ao comando e às tropas, seja para neutralizar a Aviação adversa, seja ainda para completar, com os seus fogos levados a grande distância na retaguarda do campo de batalha, a ação da artilharia" (295).

Outra noção primordial da defesa é que se "a atitude defensiva limita a iniciativa do chefe, consente, ao menos, e isso constitui dever absoluto, fazer previsões sobre a defesa com a maior antecipação possível em face das circunstâncias" (254). Essas previsões formam no seu conjunto um plano.

Pode-se deduzir dessas prescrições, embora isso não esteja expresso, que, se a instalação em uma posição corresponde ao propósito de defender-se a fundo, não leva em conta o prazo necessário. Aliás é o que se depreende das prescrições do artigo 2, Cap. II do Tit. II, já citado.

5.º — Para completar esta exposição, em largos traços da Doutrina francesa, convem ressaltar o desenvolvimento dado à **noção de segurança** e as recomendações feitas a esse respeito, tanto no que concerne à proteção contra os engenhos blindados em todas as circunstâncias do combate, como à defesa contra as ações aéreas do inimigo (reconhecimentos, bombardeios e ataques ao solo, desembarques aéreos, etc.).

6.º — Finalmente, examinando-se em seu conjunto a Doutrina definida pela I. G. U. de 1937, e pelo Regulamento de Infantaria de 1939, chega-se à conclusão que os seus redatores procuraram manter a Doutrina estabelecida em 1921 pelos que haviam feito a guerra e alcançado a vitória.

Para eles continuava de pé a lição essencial da guerra de 1914/18: — a **potência do fogo**, previamente instalado, confere à defesa força considerável, só rompida mediante grande acumulação de meios, capazes de neutralizá-la ou destruí-la por fogos ainda mais poderosos do que os seus, com esbanjamento de projéteis; assim mesmo, para permitir ao atacante uma penetração lenta e mediocre através do dispositivo inimigo.

A impressão era de que o armamento moderno havia rompido o equilíbrio entre o choque, meio ofensivo e o fogo, meio defensivo, em benefício deste último. E se o aparecimento do carro de combate deixava esperar nova rutura de equilíbrio no sentido inverso, o desenvolvimento da arma anti-carro paralisou esse surto.

A consequência imediata dessa submissão à doutrina de 1921 é certa timidez no emprego dos engenhos blindados. Seria injusto deixar de reconhecer que os redatores do documento de 1937 pensaram nos transtornos que causariam as massas de carro irrompendo na retaguarda inimiga e cortando as suas linhas de comunicações e de retirada; porém, só admitiram essa possibilidade depois do desmantelamento metódico da frente de defesa e da dsarticulação do dispositivo desta.

Há a preocupação do emprego de tais massas; porem, isso só se traduzirá em ação quando estiver ganha a batalha

ou prestes a sê-la. Existe tambem a preocupação de fazer intervir o avião em proveito do atacante; porem unicamente quando "os meios permitirem".

No tocante à combinação dessas duas possibilidades — o avião lançado na batalha terrestre em beneficio de massas blindadas audaciosamente impulsionadas para a frente — não há referência clara.

Ora, justamente essas últimas noções são as que permitiram, pelo menos momentaneamente, romper o equilíbrio entre os meios ofensivos e defensivos, com vantagem para o ataque, isto é, o choque ou, se se prefere, do movimento que leva o fogo para a frente.

III — APLICAÇÃO DA DOUTRINA DE 1937 NAS OPERAÇÕES DE 1940

Ao em vez de proclamar apressadamente que a Doutrina francesa foi a causa da derrota e de levá-la ao descrédito, convem verificar lealmente se foi aplicada.

Mais uma vez acentuamos que este exame se baseia em fatos, sem tentar buscar as causas, principalmente as que são função das decisões do Comando, que evidentemente não poderia deixar-se guiar pela aplicação única de aplicar determinadas regras, nem tão pouco os motivos, justificados ou não, de ordem militar e política, que o forçaram a abandonar estas regras (*).

1.º) — A primeira comprovação que se impõe é a seguinte:

Enquanto a I. G. U. de 1937 assinalava, de maneira formal e terminante e pondo de lado as iniciativas justas (201) que se devia evitar as **batalhas de encontro**, foi a uma bata-

(*) É interessante ler os artigos do Gen. Chadebec de Lavalade, no "Jornal do Comércio", sob os títulos **Considerações do Tempo de guerra e Na defensiva não se vencerá esta guerra**, aquele transcrito na "Revista Militar Brasileira".

lha dessa natureza que deu lugar a entrada das tropas francesas na Bélgica em Maio de 1940.

Não podia haver dúvida sobre a intenção ofensiva do adversário e nada indicava que os alemães, depois de invadir os territórios holandês e belga, se detivessem para fazer face ao inimigo, cobrindo-se com organizações defensivas e ajustando os fogos de infantaria e de artilharia" (201).

Era justamente o Comando francês que contava empregar esse sistema, depois de haver atingido o curso do Mosa e o planalto de Gemblaux, porém nada garantia que ele dispusesse de tempo necessário para chegar a essa linha com os seus grossos, mesmo a despeito da ação retardadora realizada pelas D.L.M., lançadas para a frente. Se não procurou o combate de encontro, ele aceitou implicitamente os riscos.

Em tais condições e se nos lembrarmos que para levar para frente as tropas, pouco preparadas para semelhante aventura nos oito meses anteriores, abandonavam-se posições organizadas, podemos afirmar que a Doutrina de 1937 não foi deliberadamente aplicada. Não se procurou "a batalha conduzida".

Não estamos autorizados a decidir se o caso estava incluído nas "justas iniciativas", admitidas pela I. G. U.

2.º — Para conseguir êxito, a defensiva de Maio de 1940 precisava ter sido preparada por largas previsões, planos detalhados, reconhecimentos de todos os escalões de comando, organização do terreno tão completa quanto possível. Isso exigia largo tempo, o que não podia ser conseguido apenas com a capacidade retardadora das D. L. M. Os alemães chocaram-se na Bélgica contra uma posição sem consistência.

3.º — Para que uma posição defensiva possa resistir ao ataque inimigo há que ter à frente uma barragem densa, contínua e profunda de fogos, o que exige certa correlação entre a frente e os meios. Se não é razoável essa relação a densidade sacrifica a profundidade ou então a continuidade. A I.G.U. não contém dados sobre a frente e a profundidade da posição de resistência; o Regulamento de Infantaria, 2.^a Parte, fornece dados precisos (frente normal de Btl. na P.R.

de 1000 a 1200 m, com profundidade que não deve exceder a 1500 m). São também os elementos usados nas Escolas. Isso importa em admitir para as D.I. 6 a 8 km de frente quando se trata de resistir a todo o transe.

Em Maio de 1940, as D.I. do IX Ex. mantinham 15 km de frente; no fim desse mês e no começo de Junho, antes do ataque do dia 5, certas D.I. dos VI, VII e X Ex., com ordem de resistir sem idéia de recuo, ocupavam frentes ainda mais extensas.

Agravou-se a situação com o fato de ter o Comando prescrito, judiciosamente, como único meio para dissociar as massas blindadas inimigas, aumentar o escalonamento em profundidade dos pontos de apoio, o que só foi conseguido reduzindo a densidade de ocupação no sentido da frente. As cortinas entre os pontos de apoio imediatos tiveram então dimensões exageradas; não podiam ser batidos e só com dificuldades eram vigiados. Por outro lado, a falta de tempo impediu a colocação de obstáculos, que, de qualquer modo, não sendo batidos por fogos perderiam a eficácia.

4.º — Vimos a importância que a I. G. U. empresta ao curso d'água como obstáculo da P. R.

Mas é preciso que o obstáculo seja contínuo e, uma vez transposto em alguns pontos deixar de ser considerado como tal.

Em 5 de Junho, a margem S. do Somme não estava em poder dos franceses, em Perone, Amiens, Abbeville e Saint Valéry.

Além disso, qualquer que seja a importância do obstáculo perderá o valor se não fôr batido pelo fogo. Se tal não acontecer a ação retardadora corresponde apenas ao tempo necessário para transpô-lo ou vadeá-lo. Pois bem, segundo as informações do Comando do 17 Ex., algumas unidades, que deviam utilizar o Mosa como obstáculo, tomaram o dispositivo de maneira a não ter fogos sobre o leito do rio. Inumeros outros exemplos têm sido citados.

Não se bate o leito do rio com metralhadoras instaladas a varias centenas de metros à retaguarda, na crista militar.

5.º — Não foi organizada no seu conjunto e na maioria dos casos, a defesa contra-carros e contra-aviões, a que a I. G. U. emprestou grande importância.

6.º — Chegaremos a conclusões da mesma espécie se busarmos as causas da maior parte dos fatos ocorridos.

Para aplicar a Doutrina ofensiva preconizada, o armamento era deficiente. No tocante às armas anti-carros e anti-aérea as dotações teóricas ficaram longe da realidade.

Depois das perdas sofridas no Norte, os efetivos já não correspondiam às necessidades da defesa, tal como preconizam os Regulamentos, o que constitui uma razão para a não observância destas. O Comandante teve que estender as frentes das unidades no Somme e Aisne. Havia a manobra em retirada, montada com escalões instalados em posições sucessivas mas não era possível com os fracos efetivos guarnecer duas posições. Por outro lado, não se executa a manobra em retirada indefinidamente; o seu limite lógico reside, quer no espaço, na posição que possa ser ocupada com a densidade suficiente para aceitar a batalha sem idéia de recuo; quer no tempo, quando o jogo de reservas permitir a constituição de uma massa de manobra suficiente para passar à ofensiva.

Nem o armamento, nem as tropas permitiram nenhum dos dois processos. E veio a necessidade de defender-se no Somme, quando o obstáculo só cobria parte da posição, por estar em alguns pontos nas mãos dos alemães.

Os preceitos da I. G. U. de 1937 foram olvidados ou desdenhados em outro ponto de não menor interesse. A I.G.U. proclamava, sem negar o valor da defensiva, que a ofensiva é o modo de ação por excelência e o único que proporciona resultados decisivos.

Apesar disso o Exército francês nunca tomou a ofensiva, no período de 3 de Setembro de 1939 a 10 de Maio de 1940.

E' inútil insistir. "A causa primordial de nossos fracassos", diz o General BOURGET, "não reside na nossa Doutrina, apesar dos erros que ela possa apresentar, e sim no fato de ter lastimavelmente faltado os meios necessários para aplicá-la; falta que longe de ser atenuada foi aumentada à me-

dida que se passavam os dias. Já se vê que se trata aí de um ponto de vista muito pessoal do articulista francês.

IV — DESMENTIDOS INFRINGIDOS À DOCTRINA FRANCESA

O que foi exposto até aqui não significa que se a Doutrina francesa tivesse sido aplicada, tal como os meios necessários, teria resistido à prova dos fatos. Sabido é que um Regulamento nunca asseverou a vitória a ninguém, porisso que, se permite avaliar o jogo das forças materiais, não abarca a influência das forças morais, que escapam a qualquer cálculo.

Os alemães puseram em ação, com os meios necessários, uma Doutrina ofensiva e conseguiram bom êxito. Os franceses aplicaram, como puderam, Doutrina defensiva adaptada evidentemente à sua concepção de ofensiva.

Apriemos os pontos principais em que as duas Doutrinas ofensivas parecem estar em contradição.

1.º — A Doutrina alemã caracteriza-se pela autonomia concedida à Arma Blindada e à cooperação em massa, da Aviação na batalha terrestre com o primeiro escalão do ataque.

“Os carros alemães não pertencem à Infantaria, os homens que os tripulam distinguem-se dessa arma e das outras pela côr do uniforme. Não precedem à Infantaria nos objetivos; recebem objetivos próprios, frequentemente tão afastados que a Infantaria leva vários dias para atingí-los. O sistema alemão não é, certamente, o sistema previsto pelo regulamento francês, de Divisões Ligeiras, explorando e cobrindo as D. I. motorizadas. As Panzerdivision buscam a informação e a segurança por meio da Aviação. Atacam por si mesmas e tem a proteção dos flancos e retaguarda garantidos pelas D.I. motorizadas que as acompanham de mais perto possível”.

Aí há íntima ligação entre a Aviação de bombardeio e a arma blindada; como aliás se dá com as outras armas, graças grande treinamento no trabalho em ligação.

2.º — Parece que os alemães não dão muita importância entre as frentes ofensivas e defensivas, os meios e os resultados a alcançar, como também não se arreceiam de empenhar todas as disponibilidades em uma brecha de amplitude reduzida.

Isso não quer dizer que não procurassem alargar as brechas abertas no dispositivo adverso, mas que as utilizaram inicialmente tal como foram criadas para a passagem das Divisões blindadas (Sedan em Maio, Aumale em Junho).

No caso da rutura em Aumale, encontrou-se em poder de oficial ferido uma carta de 1:80.000 na qual estava traçado o horário, da base de partida até 70 ou 80 km na direção de Ruão, embora a brecha aberta tivesse apenas 20 km de largura. A brecha por onde passaram as Panzerdivision em 8 de maio em direção ao Canal da Mancha tinha apenas 40 m entre Cambrai e Peronne.

O emprego das D. I. motorizadas para guardar os flancos do corredor constitui prova evidente de "tática prudente" combinada com "grande audácia estratégica".

4.º — É evidente que esse sistema de ataque que a I. U. de 1937 só havia concebido de modo fragmentário e incompleto causou geral surpresa; surpresa para os combatentes, submetidos durante horas aos efeitos de bombardeios desorganizadores, talvez pouco eficazes, em certos casos, contra pessoal, porém aniquiladores dos animais e material; surpresa para o Comando, cujos postos mais afastados eram atacados pelos carros antes que chegassem as notícias da rutura da frente; para as reservas em condições análogas; surpresa para os elementos de contra-ataque, sempre ultrapassados pelos acontecimentos; surpresa para a Artilharia, atacada pelos carros, enquanto ainda atirava a vários quilômetros na frente.

Surpresa total em virtude da insuficiência do armamento.

5.º — A consideração dos cursos d'água como obstáculo já foi apreciada. E' verdade que os alemães utilizaram grande virtuosidade nas operações de transposição, mas houve defeitos do lado francês, de má aplicação: leito do rio não batido, descontinuidade do obstáculo, efetivos desproporcionados, decisão do Governo de não defender cidades com mais de 20.000 almas.

Creemos que, quando bem defendidos, os cursos d'água são obstáculos muito sérios.

6.º — Não nos referimos aos fatores novos — às frentes fortificadas de que tratou a I.G.U. A crítica tem batido a Linha Maginot com maior violência do que os alemães.

Ora, uma posição fortificada precisa ter profundidade e proteção nos flancos. E isso se torna mais evidente se observarmos que, salvo certos casos particulares, essas posições foram conquistadas graças à manobra e não por ataque frontal. A conquista a viva força das posições fortificadas não foi realizada.

A I. G. U. de 1937 indicava para essas posições o triplipe papel: (*)

- cobertura sólida e pouco onerosa da mobilização;
- proteção das zonas industriais e pontos sensíveis da fronteira;
- apoio e base para as manobras dos Exércitos.

Este último não foi desempenhado pela linha Maginot porque não houve ofensiva e quanto às outras, o prestígio da linha Maginot, longe de facilitar as missões as prejudicou de algum modo. Por isso, para esses papeis, o Comando teria preferido massas de unidades blindadas.

V — ENSINOS PROVISÓRIOS

1.º — A conclusão principal é que “para que dois adversários se enfrentem em igualdade de condições, é indispensável equivalência de seu armamento”.

(*) Ler os artigos do General De Lavalade, já indicados e o artigo “Revolução, não; Revisão da Doutrina, sim”, publicado nesta revista em 1941.

2.º — O perigo está em toda parte. A defesa deve ser organizada em toda a extensão do território.

Se nas posições defensivas da frente cada ponto de apoio, dispostos em grandes profundidades deve poder valer a si mesmo, na retaguarda e mesmo no interior deve haver organismos capazes de se defenderem, principalmente contra armas blindadas e os meios aéreos (bombardeios e desfiladas aéreas). Daí se conclue que além das armas anti-carros e anti-aéreas das formações combatentes empenhadas, deve haver grande dotação delas na reserva geral e nas formações fixas para a defesa da retaguarda. (P. C., serviço de comunicações, etc.) e dos pontos importantes do interior.

3.º — Embora a Doutrina desse o máximo valor à guerra de movimento, concebia a batalha ofensiva sob a forma de ações de força sucessivas, precedidas de tempos de parada dispensáveis para a sua preparação e seguidas de períodos de movimento mais ou menos amplos; ações de força lentas e gradadas prolongadas que davam ao inimigo para refazer-se. Na realidade, a campanha da França foi uma guerra de momento com amplitude e rapidez de que não se suspeitava. A sua conjunção a mobilidade do Exército Francês foi insuportável. O General BOURGET investiu contra a artilharia móvel, pouco manobreira em presença dos carros, mas esquece-se que as A. D. alemãs são hipomóveis; mas em compensação os alemães possuem o material anti-carro, anti-aéreo dos calibres superiores motorizados.

4.º — A noção do escalonamento em profundidade (ainda mais acentuado do que até então) e a mobilidade têm grande influência sobre o dispositivo e principalmente a localização das reservas.

A manobra francesa foi prejudicada, em face da rapidez do inimigo, pela colocação das reservas locais muito próximas das posições; e mesmo as Grandes Unidades de reserva (Divisões couraçadas, por ex.) reunidas para os contra-ataques estavam muito próximas das brechas que se abriram.

Maior afastamento das reservas teria proporcionado maior profundidade ao dispositivo e mais tempo para preparar sua intervenção.

5.º — Depende-se dessa guerra de movimento de grande amplitude a interessante consequência que a conservação das frentes tem importância menor do que a salvaguarda dos eixos de comunicações. É concepção tão antiga quanto a guerra mas que havia perdido o valor com lentidão da guerra de estabilização.

A preocupação de não ceder terreno, muitas vezes, criou a impossibilidade de retirar em boas condições.

A rutura da frente com a ameaça do desbordamento não pede, então, a colmatagem ou o colchete defensivo. A parada reside na constituição de um núcleo de força, capaz de atuar em tempo na direção eficaz, contra a surpresa, a velocidade e a violência dos engenhos mecanizados.

6.º — Os regulamentos são elaborados à luz dos ensinamentos da guerra ou das guerras, mas eles devem ser impulsionados por sério esforço de imaginação para que o progresso de meios e de processos não surpreenda os executantes na hora trágica. A imaginação dos que são responsáveis pela preparação para a guerra nunca deve ficar em repouso. Certo é que deve ser orientada pela lógica, sem contudo ser freitada pelo comodismo.

